

LEI MUNICIPAL Nº 1062/2011

Ementa: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2012 e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Glória do Goitá, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São estabelecidas as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2012, nos termos do § 2º do art. 165 da Constituição Federal, do § 2º do art. 123, § 1º e caput do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, Lei Complementar à Constituição Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública, orientação para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2012, incluindo as despesas de capital, alterações na legislação tributária, equilíbrio entre receitas e despesas, critérios para limitação de empenho e demais condições de exigências para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas:

- I. Estratégias e Prioridades da Administração Pública Municipal;
- II. Estrutura e organização do orçamento do Município;
- III. Diretrizes para elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
- IV. Disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V. Disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VI. Disposições gerais; e
- VII. Anexo de metas fiscais

CAPÍTULO I
DAS ESTRATÉGIAS E PRIORIDADES DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

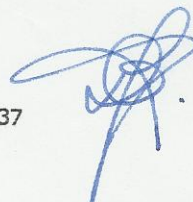
Art. 2º - As ações a serem desenvolvidas no ano de 2012 têm como base as seguintes estratégias e prioridades:

I. O Desenvolvimento Econômico Sustentável

- a - Fortalecer a economia local existente.
- b - Atrair novos empreendimentos.
- c - Desenvolver/potencializar as vocações próprias, especialmente o Turismo.
- d - Fortalecer o desenvolvimento Industrial.

II. Valorização do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico

- a - Valorizar o Patrimônio artístico, Histórico e Arquitetônico do Município;
- b - Valorizar e potencializar as Manifestações e Movimentos Culturais, com respeito à diversidade existente;
- c - Valorizar a Identidade cultural do Município na dimensão do cenário Nacional;
- d - Apoio a sustentabilidade da atividade cultural do Município.



III . Defesa e Promoção dos Direitos do Servidor e dos Cidadãos com Inclusão Social, Segurança Social e Atenção Especial aos Setores que mais precisam do Poder Público

- a - Garantir o atendimento médico, remédios e exames para a população.
- b - Qualificar o atendimento ao público na rede de saúde.
- c - combater analfabetismo no Município.
- d - Oferecer esporte, educação musical e inclusão digital de conteúdo social.
- e - Oferecer oportunidades de escolaridade para os jovens, inclusive com qualificação profissional.
- f - Garantir esporte educacional em toda a rede municipal de ensino, inclusive na Educação Infantil.
- g - Difundir a prática do esporte em todo o município, em especial nas comunidades mais carentes.
- h - Ampliar o acesso de crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas portadoras de deficiência às práticas do esporte e do lazer.
- i - Oferecer assistência social às camadas carentes da população, com atenção especial às crianças e adolescentes, jovens, idosos, e pessoas com deficiência.
- j - Contribuir para melhorar a segurança social da população.
- k - Combater o racismo e promover a igualdade racial.
- l - Desenvolver políticas de combate à discriminação da Mulher e de promoção de sua profissionalização e auto-sustentação.
- m - Aumentar o número de crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos com acesso à educação infantil.
- n - Garantir a capacitação do servidor Municipal

IV . A Construção de uma Cidade Saudável, elevando o Padrão Urbanístico e da Mobilidade

- a - Requalificar as Áreas degradadas, melhorando as condições de habitabilidade e mobilidade urbana e rural, elevando o padrão urbanístico da cidade;
- b - Recuperar e Proteger o Meio Ambiente de forma Sustentável, priorizando a reciclagem dos resíduos sólidos;
- c - Recuperar as estradas, pontes e passagem molhada dos Sítios e distritos.

V - A Participação Popular e o Controle Social da Administração Pública

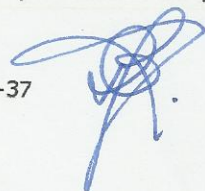
- a - Ampliar a Participação Popular e o controle social da Administração Pública;
- b - Promover a modernização e integração da administração para maior eficiência e eficácia da ação governamental

Art. 3º Os Programas, os projetos, as atividades, as operações especiais, as ações e as metas do Governo Municipal que comporão a Lei Orçamentária para o exercício de 2012, serão detalhadas na Lei de Revisão do Plano Plurianual para o mesmo exercício.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 4º Para efeito desta Lei, as categorias de programação serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2012 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais por Programas e respectivos Projetos, Atividades ou Operações Especiais, desdobrados em Ações, com identificação, quando couber, da unidade de medida e da meta física, de acordo com a seguinte conceituação:

I.	Programa	Instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos;
II.	Projeto	Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
III.	Atividade	Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto



		necessário à manutenção da ação de governo;
IV.	Operação Especial	Despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob forma de bens ou serviços; e
V.	Ação	Considerada como menor nível de categoria de programação consiste no desdobramento do projeto, atividade ou operação especial, no qual são discriminadas a quantificação e a localização física de cada uma das intervenções previstas.

§ 1º Os programas especificarão seus respectivos valores que serão distribuídos de acordo com as categorias de programação definidas no caput, bem como as unidades orçamentárias responsáveis por sua realização.

§ 2º Cada Projeto, Atividade e Operação Especial identificará o órgão, a função, a sub-função e o programa às quais se vinculam.

Art. 5º O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, modalidades de aplicação, fontes de recursos e grupos de natureza de despesa.

§ 1º As unidades orçamentárias serão agrupadas em órgãos orçamentários, entendidos como sendo os de maior nível da classificação institucional.

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguinte discriminação:

Grupo 1	Pessoal e Encargos Sociais
Grupo 2	Juros e Encargos da Dívida
Grupo 3	Outras Despesas Correntes
Grupo 4	Investimentos
Grupo 5	Inversões Financeiras
Grupo 6	Amortização da Dívida
Grupo 9	Reserva de Contingência

§ 3º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I.	Diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade.
II.	Indiretamente, mediante transferências financeiras: <ul style="list-style-type: none"> a) por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades; b) por entidades privadas sem fins lucrativos. c) por entidades privadas de fins lucrativos

§ 4º A especificação da modalidade de que trata o parágrafo anterior observará a seguinte codificação, atualizada pela Portaria Conjunta Nº 01- Secretária do Tesouro Nacional/Subsecretaria de Planejamento Fiscal, Estatística e Contabilidade, de 18 de junho de 2010.



I.	Transferências à União	20
II.	Transferências a Estados e ao DF	30
III.	Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo	31
IV.	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	50
V.	Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	60
VI.	Transferências a Consórcios Públicos	71
VII.	Aplicações Diretas	90
VIII.	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	91
IX.	Reserva de Contingência	99

§ 5º As fontes de recursos destinam-se a indicar a origem das receitas que financiarão as despesas previstas na Lei Orçamentária, destacando: os recursos ordinários, que são aqueles arrecadados pelo Tesouro Municipal; as receitas próprias diretamente arrecadadas pelas entidades supervisionadas; as receitas provenientes de convênios; e, as operações de crédito.

§ 6º A especificação das fontes de recurso de que trata o parágrafo anterior observará o seguinte detalhamento e codificação:

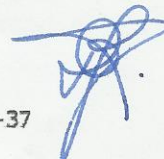
I.	Recursos ordinários	01
II.	Recursos de convênio da Administração Direta	02
III.	Recursos de operação de créditos da Administração Direta	03
IV.	Recursos de contrapartida da Administração Direta	07
V	Recursos do FUNDEB	09
VI	Recursos próprios dos Fundos	41
VII	Recursos de convênios dos Fundos	42
VIII	Recursos de operações de créditos dos Fundos	43
IX.	Recursos de contrapartida dos Fundos	47

Art. 6º O Orçamento Fiscal compreenderá o programa de trabalho da Prefeitura Municipal de Glória do Goitá e incluirá as receitas e despesas do Poder Legislativo e dos órgãos, fundos e entidades integrantes do Poder Executivo.

Art. 7º Para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, a proposta do Poder Legislativo para 2012 será elaborada de acordo com os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei e em consonância com os limites fixados na Emenda Constitucional Federal nº. 25, de 14 de fevereiro de 2000, devendo ser encaminhada à Secretaria do Planejamento, Orçamento Democrático, Habitação e Meio Ambiente, até 05 de setembro de 2011.

Parágrafo Único. A despesa autorizada para o Poder Legislativo na Lei Orçamentária de 2012 terá sua execução condicionada ao valor da receita efetivamente arrecadada até o final do exercício de 2011, conforme determina a Emenda Constitucional Federal nº. 25 a que se refere o caput.

Art. 8º O Orçamento Fiscal será apresentado em conformidade com a Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e demais disposições legais sobre a matéria, bem como com os dispositivos constantes da presente Lei, adotando na sua estrutura a classificação da receita e da despesa quanto à sua natureza e a classificação funcional da despesa orçamentária atualizada, de acordo com as disposições técnico-legais contidas na legislação em vigor.



Art. 9º A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal até o dia 05 de outubro de 2011, conforme previsto no Artigo 124, § 1º, incisos I a IV, da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 31, de 02 de julho de 2008, será constituída de:

- I. Mensagem;
- II. Projeto de Lei Orçamentária Anual, contendo:
 - II.1 Texto da Lei;
 - II.2 Anexos
 - a. Evolução da Receita e da Despesa;
 - b. Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo categorias econômicas e fontes dos recursos;
 - c. Resumo Geral da Receita e da Despesa por fonte dos recursos e grupos de natureza de despesa;
 - d. Discriminação da legislação da Receita referente ao Orçamento Fiscal;
 - e. Especificação da Receita Geral da Administração Direta e dos Fundos;
 - f. Demonstrativo da Despesa conforme as fontes dos recursos e a seguinte discriminação: categorias econômicas, grupos de natureza de despesa, modalidades de aplicação, funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e operações especiais;
 - g. Demonstrativo da Despesa por Poder-Órgão-Unidade Orçamentária;
 - h. Demonstrativo da vinculação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino;
 - i. Demonstrativo da vinculação dos recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;
 - j. Demonstrativo da aplicação dos recursos de complementação do FUNDEB;
 - l. Demonstrativo da vinculação dos recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde;
 - m. Quadro de Detalhamento de Despesas do Orçamento Criança e Adolescente - QDDOCA; e
 - n. Descrição do Programa de Trabalho por Poder, Órgão e Unidade Orçamentária.

Art. 10 A Mensagem que encaminhar a proposta orçamentária à Câmara Municipal evidenciará a situação observada em relação aos limites de gastos para as despesas de pessoal que não poderão exceder o percentual de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida, dos quais 54% (cinquenta e quatro por cento) são destinados ao Poder Executivo e 6% (seis por cento) ao Poder Legislativo, conforme determinam o Artigo 19, inciso III, e o artigo 20, também no seu inciso III, da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO
ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 11 A programação orçamentária da Prefeitura Municipal de Glória do Goitá para o exercício de 2012 contemplará os programas estabelecidos pela Lei de Revisão do Plano Plurianual para 2012, compatibilizando-os com os níveis de receita e despesa preconizados nas metas fiscais, constantes do Anexo da presente Lei.

Art. 12 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2012 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 13 A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a inclusão, na Lei Orçamentária, de unidade transferidora de recursos para entidades supervisionadas, bem como a consignação de recursos a título de transferência para unidades orçamentárias integrantes do Orçamento Fiscal, de acordo com o artigo 7º da Portaria Interministerial STN/SOF nº. 163, de 4 de maio de 2002.

§ 1º Desde que observadas as vedações contidas no artigo 128, inciso I, da Constituição Estadual, fica facultada a descentralização de créditos orçamentários, nos termos em que for regulamentado por decreto do Poder Executivo, para execução de ações de responsabilidade da unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2º Entende-se por descentralização de créditos orçamentários a execução de ações orçamentárias em que o órgão delega a outro órgão público integrante do orçamento municipal a atribuição para a realização de ações constantes do seu programa de trabalho.

Art. 14 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 15 A inclusão ou a alteração de grupo de natureza de despesa em projeto, atividade ou operação especial, contemplados na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, será feita mediante abertura de crédito suplementar, por meio de decreto do Poder Executivo, respeitados os objetivos dos mesmos.

Art. 16 A modificação da modalidade de aplicação e fonte de recursos aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, inclusive os reabertos no exercício, será feita por meio de portaria do Secretário do Planejamento, Orçamento Democrático, Habitação e Meio Ambiente, respeitadas as disposições legais específicas no que se refere à vinculação de fontes de recursos.

Parágrafo Único. As modificações de fontes de recursos e de modalidades de aplicação a que se refere o caput não são consideradas créditos adicionais.

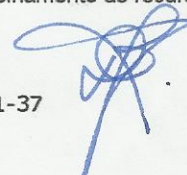
Art. 17 Nas aberturas de créditos adicionais, além dos recursos indicados no § 1º do art. 43 da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, para cobertura das respectivas despesas, considerar-se-ão os resultantes de convênios celebrados ou reativados e não computados na receita prevista na Lei Orçamentária de 2012.

Art. 18 A reabertura de créditos especiais e extraordinários, quando necessária, será efetivada mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 19 Na programação da despesa não poderão ser:

- I - Incluídos recursos para o pagamento, a qualquer título, aos servidores da ativa da administração direta por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados custeados com recursos do Tesouro Municipal ou decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais; e
- II - Incluídos recursos destinados a clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas, para o atendimento pré-escolar, e agremiações carnavalescas.

Parágrafo Único. O disposto no inciso I deste artigo não se aplica aos instrutores de programas de treinamento de recursos humanos.



Art. 20 Além da observância das prioridades fixadas nos termos dos artigos 2º e 3º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, somente incluirão projetos novos se forem compatíveis com o PPA e se:

- I - Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos que estão em andamento; e
- II - Os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.

Parágrafo Único. Será entendido como projeto em andamento aquele que, em 30 de julho de 2011, tiver ultrapassado 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

Art. 21 A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a, no mínimo, 0,5% (meio por cento) da Receita Corrente Líquida.

§ 1º Não será considerada, para os efeitos do caput, a eventual Reserva de Contingência de receitas vinculadas e de receitas próprias diretamente arrecadadas pelos fundos da administração indireta constituídos pelo Poder Público Municipal.

§ 2º A utilização da Reserva de Contingência obedecerá ao disposto no art. 5º, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar Federal N.º 101, de 04 de maio de 2000, cuja dotação correspondente poderá ser anulada para abertura de créditos adicionais, desde que não seja utilizada até 31 de agosto de 2012.

Seção II Das Transferências para o Setor Privado

Art. 22 Nas transferências para o setor privado deverão ser observados os elementos de despesa e definições estabelecidas pela Portaria Interministerial STN/SOF Nº 163/2001, a seguir identificados:

41- Contribuições: Despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo receptor, inclusive as destinadas a atender a despesa de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente.

43- Subvenções Sociais: Cobertura de despesas de instituições privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, de acordo com os artigos 16, parágrafo único, e 17 da lei nº 4.320 de 1964, observado o disposto no artigo 26 da Lei Complementar nº 101 de 2000;

48- Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas: Despesas com a concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas, sob as mais diversas modalidades, tais como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens, não classificados explícita ou implicitamente em outros elementos de despesa, observado o disposto no artigo 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 23 O Poder Executivo Municipal poderá consignar no seu Orçamento Anual ajuda financeira, a título de contribuição, para entidades privadas, sem finalidade lucrativa ou de fins lucrativos, desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, e que sejam:

- I. Entidades com fins lucrativos voltadas para o desenvolvimento de ações assistenciais e culturais;
- II Consórcios públicos, legalmente instituídos;
- III Qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com termo de parceria firmado



com o Poder Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999;

- IV Incluir dentro dos seus objetivos a promoção ao esporte e ao lazer;
- V Destinadas à Pesquisa, Desenvolvimento e Gestão de Tecnologia de Informação e Comunicação.

Art. 24 A destinação de recursos, a título de subvenções sociais, somente será permitida para entidades privadas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação, observado o disposto no art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964 e nas Leis Municipais nº 5.476, de 30 de dezembro de 2005, e nº 5.551, de 4 de julho de 2007, e que atendam a uma das seguintes condições:

- I. De atendimento direto ao público, de forma gratuita, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
- II. De atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação especial, ou representativas das escolas públicas municipais ou de natureza comunitária;
- III. Vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica ou assistencial; ou
- IV. Qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público, de acordo com a Lei Federal nº 9790 de 23 de março de 1999.
- V. Sejam reconhecidas como de Utilidade Pública a nível Municipal.
- VI. Sejam Registradas no Conselho Nacional de Assistência Social.

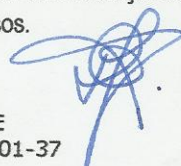
Art. 25 Sem prejuízo das disposições contidas nos artigos 23 e 24 desta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas dependerá ainda de:

- I. Comprovação da aplicação de recursos de capital exclusivamente para aquisição e instalação de equipamentos, bem como para as obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos, ou para aquisição de material permanente;
- II. Identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congêneres;
- III. Declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária emitida no exercício de 2012 por 3 (três) autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria;
- IV. Execução na modalidade de aplicação 50 – Entidade Privada sem Fins Lucrativos; ou na modalidade de aplicação 60 – Entidade Privada de Fins Lucrativos;
- V. Apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos da Prefeitura Municipal de Glória do Goitá, nos prazos e condições fixados na legislação.

§ Parágrafo Único A destinação de recursos a entidade privada não será permitida nos casos em que agente político de Poder, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, seja integrante de seu quadro dirigente, salvo se a nomeação decorrer de imposição legal.

Art. 26 Será permitida a concessão de auxílios financeiros diretamente a pessoas físicas, no âmbito de programas sociais, culturais, habitacionais, assistenciais e esportivos, observado, quando for o caso, o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101 de 4 de maio de 2000.

Art. 27 As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.



CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 28 A política de pessoal, dos servidores ativos e aposentados será executada respeitando as exigências da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 29 Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei Orçamentária de 2012 dotação necessária à contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos casos estabelecidos em lei, conforme dispõe na Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal específica ou através de outra legislação aprovada pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 30 As despesas com pessoal não poderão exceder os limites fixados na Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, e na Emenda Constitucional Federal nº. 25, de 14 de fevereiro de 2000.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO
TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 31 O Município dará continuidade ao processo de aumento da arrecadação, com a adoção de medidas relacionadas à modernização da administração tributária; melhoria nos serviços de atendimento ao público; e aquisição de equipamentos e estabelecimento de processos de integração entre as secretarias e demais órgãos municipais, especialmente no tocante à execução fiscal, nos termos do convênio firmado com o Poder Judiciário.

Art. 32 As alterações da política tributária do Município, se necessárias, serão encaminhadas ao Poder Legislativo até o final do presente exercício.

Parágrafo Único. As alterações nas políticas de isenção, incentivo fiscal ou de outros benefícios visarão:

- I - promover a justiça fiscal;
- II - reconhecer uma reduzida capacidade contributiva; e
- III - incentivar o desenvolvimento de segmentos econômicos do Município.


CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33 As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual somente poderão ser aprovadas se atenderem às disposições desta Lei, conforme estabelece o art. 127, § 3º, da Constituição Estadual.

§ 1º Tendo em vista que a Emenda Constitucional Estadual nº 31, de 02 de julho de 2008 estabelece o mesmo prazo para encaminhamento, ao Poder Legislativo, do Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual e do Projeto de Lei Orçamentária Anual, e considerando que ambos os instrumentos apresentam o mesmo programa de trabalho, metas e valores, as emendas apresentadas a cada um dos projetos de lei deverão ter sua correspondência no outro projeto de lei.

§ 2º As emendas ao projeto de Lei Orçamentária e ao Projeto de Lei de Revisão do PPA, deverão conter:

- I - Exposição de motivos que justifiquem a proposição da emenda;
- II - Indicação expressa dos órgãos, unidades orçamentárias, funções, sub-funções, programas,



projetos/atividades/operações especiais, ações, grupo de despesa, fonte de recurso e o montante das despesas que serão acrescidas;

- III - Indicação expressa dos órgãos, unidades orçamentárias, funções, sub-funções, programas, projetos/atividades/operações especiais, ações, grupo de despesa, fonte de recurso e o montante das despesas que serão anuladas; e
- IV - Indicação expressa, valor e, quando for o caso, quantificação das ações que forem incluídas ou alteradas.

§ 3º As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária e ao Projeto de Lei de Revisão do PPA não poderão utilizar como fonte de financiamento, a anulação de recursos provenientes de convênios, operações de crédito e respectivas contrapartidas, bem como de dotações relativas a despesas de pessoal, encargos sociais e com o pagamento da dívida.

§ 4º A inobservância de quaisquer dos requisitos referidos neste artigo determinará o arquivamento da emenda.

Art. 34 Não sendo aprovado o Projeto da Lei Orçamentária até o início do exercício de 2012 fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Art. 35 Todas as receitas realizadas pelos órgãos e fundos, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 36 O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2012, cronograma de desembolso mensal por órgãos municipais direcionado à obtenção das metas fiscais.

Art. 37 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput.

Art. 38 A Lei Orçamentária de 2012 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:

- I - Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; e
- II - Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos

Art. 39 Para efeito do que dispõe o artigo 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000 e o artigo 100, § 3º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 62, de 09 de dezembro de 2009, consideram-se como de pequeno valor as despesas de importância igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais).

Art. 40 Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira de que trata o artigo 9º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000, para o cumprimento das metas fiscais estabelecidas no anexo da presente Lei, essa limitação será adotada pelo Poder Executivo de forma proporcional à participação de cada um dos Poderes no conjunto de "outras despesas correntes" e no de "investimentos e inversões financeiras", constantes da programação inicial da Lei Orçamentária.

§ 1º Estabelecidos os montantes a serem limitados, fica facultada aos Poderes a distribuição da contenção entre os conjuntos de



despesas referidos no caput.

§ 2º Na hipótese de recuperação da receita realizada, a recomposição do nível de empenhamento das dotações será feita de forma proporcional às limitações efetivadas.

Art. 41 As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de natureza da despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação, especificando o elemento de despesa.

Art. 42 O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2012 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, definida no artigo 4º, incisos I a V, desta Lei, inclusive as metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza da despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação.

Parágrafo Único. A transposição, transferência ou remanejamento das dotações orçamentárias citadas no caput não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2012, ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 43 O Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO incluirá na sua publicação relatório de execução do Orçamento da Criança e Adolescente, com a forma e o detalhamento apresentados na Lei Orçamentária.

Art. 44 A prestação de contas anual do Município, a ser enviada à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, conterà o balanço geral da administração direta e indireta e incluirá relatório de execução com a forma e o detalhamento apresentado na Lei Orçamentária.

Art. 45 O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito da administração municipal deverá permitir a liberação em tempo real das informações sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referente a receita e a despesa, conforme disposto no decreto nº 7.185 de 27 de maio de 2010.

Art. 46 A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 47 Revogam-se as disposições em contrário.

Paácio Djalma Souto Maior Paes, 01 de agosto de 2011



DJALMA SOUTO MAIOR PAES JUNIOR
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA DO GOITÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2012
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 1. Metas Anuais

RF, art. 4º, § 1º

Em R\$ 1.00 de Junho de 2011

ESPECIFICAÇÃO	2012			2013			2014	
	Valor		%	Valor		%	Valor	
	Corrente (a)	Constante	a/PIB	Corrente (b)	Constante	b/PIB	Corrente (c)	Constante
Receita Total	30.100.000	30.100.000	0,8191	31.605.000	30.100.000	0,81906	33.185.250	29.957.346
Receitas Primárias (I)	29.867.500	29.867.500	0,8127	31.360.875	29.867.500	0,81273	32.927.698	29.724.846
Despesa Total	30.100.000	30.100.000	0,8191	31.606.000	30.100.000	0,81906	33.185.250	29.957.346
Despesas Primárias (II)	29.649.000	29.649.000	0,8068	31.131.450	29.649.000	0,80678	32.685.655	29.506.346
Resultado Primário (I - II)	218.500	218.500	0,0059	229.425	218.500	0,00595	242.043	218.500
Resultado Nominal	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00

Fontes:

Correções Constantes - IPCA/IBGE e COPOM

Fontes do PIB: Sistema de Contas Nacionais - IBGE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA DO GOITÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2012

Tabela 2 - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior

LRF, art. 4º, § 2º, inciso I							Em R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2010 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2010 (b)	% PIB	Variação		
					Valor	%	
					c = (b-a)	(c/a) x 100	
Receita Total	22.899.788	0,0006	25.065.062	0,0007	2.165.274	9,46	
Receitas Primárias (I)	22.579.788	0,0006	24.966.968	0,0007	2.387.180	10,57	
Despesa Total	22.899.788	0,0006	24.843.235	0,0007	1.943.447	8,49	
Despesas Primárias (II)	22.493.188	0,0006	24.372.827	0,0007	1.879.639	8,36	
Resultado Primário (I - II)	86.600	0,0000	594.141	0,0000	507.541	586,07	
Resultado Nominal			221.827	0,0000	221.827		

Fontes: Lei e Balanço Orçamentário 2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DO GOIÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2012
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 3. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores

LRF, art.4º, §2º, inciso II Em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	
Receita Total	21.323.690	25.065.062	17,55	26.682.306	6,45	30.100.000	12,81	31.605.000	5,00	33.343.275	5,50	
Receitas Primárias (I)	21.271.442	24.966.968	17,37	26.302.536	5,35	29.649.000	12,72	31.131.450	5,00	32.843.680	5,50	
Despesa Total	21.172.817	24.843.235	17,34	26.682.306	7,40	30.100.000	12,81	31.605.000	5,00	33.343.275	5,50	
Despesas Primárias (II)	20.820.027	24.372.827	17,06	26.360.306	8,15	29.867.500	13,30	31.360.875	5,00	33.085.723	5,50	
Resultado Primário (I - II)	451.415	594.141	31,62	(57.770)	(109,7)	(218.500)	(478,22)	(229.425)	5,00	(242.043)	5,50	
Resultado Nominal	150.873	221.827	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Balanço Geral do Município

LRF, art.4º, §2º, inciso II Em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES DE JUNHO DE 2011											
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	
Receita Total	23.856.646	26.747.567	12,12	26.682.306	(0,24)	28.666.667	7,44	28.666.667	-	28.666.667	-	
Receitas Primárias (I)	23.798.192	26.642.888	11,95	26.302.536	(1,28)	28.237.143	7,36	28.237.143	-	28.237.143	-	
Despesa Total	23.687.852	26.510.849	11,92	26.682.306	0,65	28.666.667	7,44	28.666.667	-	28.666.667	-	
Despesas Primárias (II)	23.293.155	26.008.865	11,66	26.360.306	1,35	28.445.238	7,91	28.445.238	-	28.445.238	-	
Resultado Primário (I - II)	505.037	634.023	25,5	(57.770)	(109,1)	(208.095)	260,21	(208.095)	-	(208.095)	-	
Resultado Nominal	166.794	236.718	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: FIB - Sistema de Contas Nacionais - IDGE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA DO GOITÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2012
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 4. Evolução do Patrimônio Líquido

LRF, art.4º, §2º, inciso III			Em R\$ 1,00
EXERCÍCIO	VALOR		% de Evolução
2007	1.025.632		
2008	4.940.879		381,74
2009	4.964.368		0,48
2010	4.413.694		-11,09

Fonte: Balanços Orçamentários do Município




Tabela 5.1 Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

LRP, art. 4, § 2º, inciso IV, Alínea a	2008	2009	Em R\$ 1,00
RECEITAS			2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Patronal			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)			

DESPESAS	2008	2009	2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)			

FONTE: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA DO GOITÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2012
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 5.2 Projeção Anual do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

LRF, art. 4, § 2º, Inciso IV, Alínea a				(Continua)
				Em R\$ 1,00
Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado previdenciário c= (a-b)	Saldo financeiro do exercício d= Exerc. Anterior + (c)

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA DO GOITÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2011
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 5.2 Projeção Anual do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

LRF, art. 4, § 2º, Inciso IV, Alínea a				(Conclusão)
				Em R\$ 1,00
Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado previdenciário c= (a-b)	Saldo financeiro do exercício d= Exerc. Anterior + (c)